

**JNT-FACIT BUSINESS AND TECHNOLOGY
JOURNAL - ISSN: 2526-4281 QUALIS B1**



**LETRAMENTO E ALFABETIZAÇÃO DAS
CRIANÇAS INDÍGENAS APINAYÉ: A
LEITURA E A ESCRITA EM PERSPECTIVA**

**LETTERING AND LITERACY OF INDIAN
CHILDREN APINAYÉ: READING AND
WRITING IN PERSPECTIVE**

**Francisco Edviges ALBUQUERQUE
Universidade Federal do Norte do Tocantins
(UFNT)**

E-mail: fedviges@uol.com.br

**Severina Alves de ALMEIDA Sissi
Faculdade de Ciências do Tocantins (FACIT)
Universidade Federal do Norte do Tocantins
(UFNT)**

E-mail: sissi@faculdefacit.edu.br



RESUMO

Letramento e alfabetização, apesar de categorias circunscritas num mesmo arcabouço epistemológico, diferem enquanto teorias, ou seja, postulados e axiomas que explicam determinados fenômenos em contextos específicos. Quando levados ao universo indígena, assumem outras conotações, considerando que o letramento é uma prática social (um processo) que se materializa, também, por meio da alfabetização (um estado). Nesse sentido, o artigo tem como objetivo geral compreender como se efetiva o letramento e a alfabetização das crianças indígenas Apinayé. Especificamente pretendemos definir letramento, letramento indígena e alfabetização, percebendo associações e identificando diferenças conceituais; e, entender como se efetiva a prática da leitura e da escrita na educação escolar das crianças Apinayé. A pesquisa, uma etnografia participativa, realizou-se nas aldeias Apinayé São José e Mariazinha, e efetivou-se mediante as ações do “Projeto de Educação Escolar Apinayé na Perspectiva Bilíngue e Intercultural” (CAPES/2010-2013), a partir de oficinas pedagógicas com professores(as) e crianças indígenas. Utilizamos, também, os procedimentos da pesquisa bibliográfica mediante criteriosa revisão de literatura. Os resultados permitem afirmar que o letramento, prática social que se efetiva a partir da relação que as crianças indígenas mantêm com material escrito, está presente na alfabetização; que a alfabetização, ao se realizar no contexto intercultural, interétnico e bilíngue assume aspectos intrínsecos às sociedades indígenas.

Palavras-chave: Letramento. Alfabetização. Letramento indígena. Alfabetização indígena. Crianças Apinayé.

ABSTRACT

Letter and literacy, although circumscribed categories within the same epistemological framework, differ as theories, that is, postulates and axioms that explain certain phenomena in specific contexts. When taken to the indigenous universe, they assume other connotations, considering that letter is a social practice (a process) that also materializes through literacy (a state). In this sense, the article has as general objective to understand how literacy and literacy of the Apinayé indigenous children are effective. Specifically we

Francisco Edvigésd ALBUQUERQUE; Severina Alves de ALMEIDA Sissi. LETRAMENTO E ALFABETIZAÇÃO DAS CRIANÇAS INDÍGENAS APINAYÉ: A LEITURA E A ESCRITA EM PERSPECTIVA. Facit Business And Technology Journal. QUALIS B1. ISSN: 2526-4281 <http://revistas.faculdadefacit.edu.br/index.php/JNT>. Out/Nov - 2021. Ed. 31; V. 1. Págs. 78-101.

intend to conceptualize letter, indigenous letter and literacy, perceiving associations and identifying conceptual differences; understand how the practice of reading and writing in the school education of Apinayé children is effective. The research, a participative ethnography, was carried out in the villages Apinayé São José and Mariazinha, and was carried out through the actions of the "Apinayé School Education Project in the Bilingual and Intercultural Perspective" (CAPES/2010-2013), from workshops with indigenous teachers and children. We also used the procedures of the bibliographic research through careful review of the literature. The results allow us to affirm that letter, a social practice that is effective from the relationship that indigenous children maintain with written material, is present in literacy; that literacy, taking place in the intercultural, interethnic and bilingual context, takes on aspects intrinsic to indigenous societies.

Keywords: Literacy. Literacy. Indigenous literature. Indigenous literacy. Apinayé children.

INTRODUÇÃO

Não existe um método único, ou combinação única de métodos, que possa ensinar a ler a todas as crianças com sucesso. Por isso, os professores devem desenvolver um profundo conhecimento de múltiplos métodos para ensinar a ler e um profundo conhecimento das crianças sob seu cuidado, para que possam criar o equilíbrio apropriado dos métodos requeridos pelas crianças a quem ensinam.

Ângela Kleiman (2005)

Com o advento da Constituição de 1988 a Educação Escolar Indígena adquiriu status de Política Pública Obrigatória (Art. 210 e 231, CF/88) e Direito Público e Subjetivo (Art. 208, VII, § 1º, CF/88). Além desses dispositivos, destacamos como Base Legal sobre Educação Escolar Indígena no Brasil: Lei 9394/1996, Diretrizes e Bases da Educação, Art. 78. Lei 11.645/2008, que inclui no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Decreto Nº 6861/2009, que dispõe sobre a Educação Escolar Indígena e define sua organização em territórios etnoeducacionais, e dá outras providências. Resolução CEB/CNE Nº 05/2012, que define

Francisco Edvigésd ALBUQUERQUE; Severina Alves de ALMEIDA Sissi. LETRAMENTO E ALFABETIZAÇÃO DAS CRIANÇAS INDÍGENAS APINAYÉ: A LEITURA E A ESCRITA EM PERSPECTIVA. Facit Business And Technology Journal. QUALIS B1. ISSN: 2526-4281 <http://revistas.faculdadefacit.edu.br/index.php/JNT>. Out/Nov - 2021. Ed. 31; V. 1. Págs. 78-101.

as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica.

Nesse sentido, a Educação Escolar das Crianças Indígenas assume relevância, considerando que a Educação Infantil nas aldeias ocorre de acordo com a tradição, a cultura e os costumes de cada povo. Enquanto na sociedade nacional as crianças são inseridas em escolas específicas ainda nos primeiros anos de vida, nas aldeias indígenas elas são imersas numa educação promovida pela comunidade e, até os seis anos de idade, estão sob a responsabilidade das mães, aprendendo o que sua sociedade considera importante, quando os saberes tradicionais são inculcados nas mentes incipientes dos pequenos, dos quais eles não mais se separarão. É uma educação da vida e para a vida.

Considerando, pois, a importância, também, da Educação Escolar para as crianças, as comunidades indígenas buscam a efetivação de direitos constitucionais fundamentais, como o direito aos territórios, à saúde e à educação, considerados à luz da Jurisprudência como Direito Público Fundamental e Subjetivo. Isso porque o acesso ao “Ensino Obrigatório” é um “Direito Subjetivo Público” (Art. 208, VII, § 1º, CF/88), ou seja, Dever do Estado, Direito do Cidadão. E os indígenas são cidadãos brasileiros como todos nós.

Partindo dessas premissas apresentamos este artigo que tem como objetivo geral compreender, à luz das teorias e de atividades empíricas, como se efetiva o letramento e a alfabetização das crianças indígenas na sociedade Apinayé. Como objetivos específicos elencamos: i) definir adequadamente letramento, determinando o que é letramento indígena e alfabetização, percebendo associações e identificando diferenças conceituais; ii) entender como se efetiva a prática da leitura e a escrita na educação escolar das crianças Apinayé.

A pesquisa, uma etnografia participativa, realizou-se nas aldeias Apinayé São José e Mariazinha, e efetivou-se mediante as ações do “Projeto de Educação Escolar Apinayé na Perspectiva Bilíngue e Intercultural” (CAPES/2009), a partir de oficinas pedagógicas com professores(as) e crianças indígenas. Utilizamos, também, os procedimentos da pesquisa bibliográfica mediante criteriosa revisão de literatura.

Os resultados permitem afirmar que o letramento, prática social que se efetiva a partir da relação que as crianças indígenas mantêm com material escrito, está presente na alfabetização; que a alfabetização, ao se realizar no contexto intercultural, interétnico e bilíngue assume aspectos intrínsecos às sociedades indígenas. Que o material escrito que

Francisco Edvigésd ALBUQUERQUE; Severina Alves de ALMEIDA Sissi. LETRAMENTO E ALFABETIZAÇÃO DAS CRIANÇAS INDÍGENAS APINAYÉ: A LEITURA E A ESCRITA EM PERSPECTIVA. Facit Business And Technology Journal. QUALIS B1. ISSN: 2526-4281 <http://revistas.faculdefacit.edu.br/index.php/JNT>. Out/Nov - 2021. Ed. 31; V. 1. Págs. 78-101.

circula nas aldeias é quase exclusivamente didático, material de propaganda dos estabelecimentos comerciais da cidade de Tocantinópolis e placas com anúncios de obras dos governos Estadual e Federal.

Todavia, existe um letramento próprio do universo indígena, presente nas mais variadas atividades do cotidiano das pessoas, notadamente nas atividades que prescindem a escrita, quando a oralidade, rituais e mitos efetivamente constroem conhecimento e efetivam um “letramento indígena”, que muito pode contribuir com a alfabetização, promovendo uma “Educação Escolar Indígena Infantil”, em perfeito diálogo com a “Educação Indígena”. Uma educação emancipatória, promotora de seres humanos pensantes e autônomos, em convivência harmoniosa de comunidades fraternas.

OS APINAYÉ E A EDUCAÇÃO ESCOLAR

Os Apinayé são um povo indígena que habita no norte do estado do Tocantins na mesorregião do Bico do Papagaio¹, remanescentes dos Timbira, autodenominados Jê, falantes de língua homônima vinculada ao Tronco Linguístico Macro-Jê e Família Linguística Jê. Culturalmente, o grupo se caracteriza por construir suas aldeias com casas dispostas em forma circular, manutenção de alguns rituais, por exemplo, a Corrida da Tora, as Cantorias, o Casamento, o Bolo Paparuto (Xwýkupu) na língua Apinayé, marca dos Timbira Orientais. O território Apinayé foi demarcado e homologado em 14 de fevereiro de 1985, pelo Decreto da Presidência da República Nº 90.960. A área de 141.904ha, localiza-se nos municípios de Tocantinópolis, Maurilândia, Arguanópolis, São Bento e Cachoeirinha. O espaço geográfico é uma transição entre o cerrado e a floresta amazônica, composto por uma exuberante vegetação, favorecida por um cenário onde matas ciliares e campos cerrados se confundem com Amazônia Legal.

Atualmente, a população Apinayé é de 2.780 indígenas distribuídos por 51 aldeias (DSEI-TO/2021). Segundo Albuquerque e Almeida (2011), devido à situação de contato com a sociedade abrangente, os Apinayé são bilíngues, e a língua materna Apinayé é a

¹ A Mesorregião Bico do Papagaio abrange 66 municípios (25 no Pará, 25 no Tocantins e 16 no Maranhão – área total de 140 mil km² e população de 1,6 milhões de habitantes) e abriga um grande patrimônio cultural e natural formado por contingentes expressivos de populações tradicionais e áreas de extrativismo vegetal. A maioria dos municípios da mesorregião tem uma forte vinculação com o setor rural, especialmente por abrigar, em boa parte, projetos de assentamento de reforma agrária. As atividades econômicas predominantes são a produção agropecuária, a extração vegetal e mineral. Fonte: <http://www.integracao.gov.br>. Acesso em: 02-mar-2019

primeira língua falada por todos os indígenas, sendo o português uma segunda língua utilizada para contato com não indígenas e também na escola. O grupo vive basicamente da agricultura de subsistência e venda do que excede; do trabalho como professores nas escolas das aldeias; da pesca e da caça, ou do que restou dessas atividades. Atualmente o grupo enfrenta muitos problemas como as queimadas que devastam seu território e as inevitáveis perdas linguísticas e culturais, resultado da situação de contato com a sociedade nacional globalizada (ALMEIDA, 2015).

Dentre as 51 aldeias, Almeida (2015) realizou sua pesquisa nas comunidades São José com 369 pessoas e Mariazinha com 300, duas das as aldeias mais populosas e com escolas funcionando desde 1962, ofertando três níveis da Educação Básica: Ensino Fundamental em suas duas etapas, Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos, sendo esta última apenas na escola da aldeia São José.

Escola Estadual Indígena Mãtyk da Aldeia São José

Segundo Almeida (2012), a Escola Estadual Indígena Mãtyk começou efetivamente suas atividades no ano de 1984, em prédio construído pela Fundação nacional do Índio (FUNAI), mas desde a década de 1960 já existia uma escola com referido nome Mãtyk, que funcionava sem prédio próprio. Inicialmente contou com o apoio de órgãos, como a FUNAI, o *Summer Institute of Linguistics* (SIL) e Missões Novas Tribos do Brasil. Os primeiros professores eram Missionários e Funcionários da FUNAI, adotando as seguintes disciplinas: Pré-Leitura, Pré-Escrita (alfabetização), Matemática, Estudos Sociais, Língua Apinayé, Língua Portuguesa e atividades diversificadas (desenhos e pinturas). Já o conteúdo programático referente à Língua Portuguesa no que se refere à escrita de 1ª a 4ª série do antigo primário, era de responsabilidade dos professores da FUNAI e dos missionários, tornando-se então uma das escolas com melhores condições para ministrar o Ensino Bilíngue. À frente deste trabalho estava Patrícia Ham, membro do SIL. A foto a seguir apresenta a Escola Estadual Indígena Mãtyk atualmente.

Fig. (1). Escola Estadual Indígena Mãtyk



Fonte: Almeida (2012).

Atualmente a Escola Estadual Indígena Mãtyk possui instalações modernas com sete salas de aula com ventiladores; uma sala onde funciona a Secretaria com computador, ar condicionado e máquina de Xérox; uma sala dos Professores; uma Biblioteca e um Laboratório de Informática com onze computadores; uma Cantina, dois banheiros e um telefone comunitário instalado no pátio da escola. Na porta de cada sala está descrito o local nas línguas Apinayé. A escola Mãtyk pratica multisseriação. De acordo com a Professora Ana Rosa Salvador Apinayé, isso ocorre porque muitos alunos que estão matriculados no 5º e 6º anos do Ensino Fundamental apresentam defasagem em relação à alfabetização, e para enfrentar a situação, essa professora, que dá aula no primeiro e sexto anos, “junta os alunos”, o que, segundo ela, facilita o trabalho pedagógico. Para Maher (2005) é recorrente, nas escolas de educação indígenas, as classes multisseriadas, principalmente, nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

Segundo Maher (2005), a multisseriação é um fenômeno presente nas escolas indígenas, em parte porque as comunidades são pequenas, as escolas têm poucos professores e, por vezes, se encontram classes com alunos atrasados em relação à aprendizagem, o que contribui para que numa mesma sala de aula tenha-se, com frequência, alunos com idade, níveis de escolarização e competências variadas. Segundo Almeida (2011, p. 35):

Francisco Edvigess ALBUQUERQUE; Severina Alves de ALMEIDA Sissi. LETRAMENTO E ALFABETIZAÇÃO DAS CRIANÇAS INDÍGENAS APINAYÉ: A LEITURA E A ESCRITA EM PERSPECTIVA. Facit Business And Technology Journal. QUALIS B1. ISSN: 2526-4281 <http://revistas.faculdefacit.edu.br/index.php/JNT>. Out/Nov - 2021. Ed. 31; V. 1. Págs. 78-101.

Os professores de Língua Materna da escola Mãtyk praticam a multisseriação, quando juntam numa mesma sala alunos de turmas diferentes. No final das aulas são feitas avaliações, quando os alunos refletem sobre o que aprenderam, que tanto pode ser um texto escrito, como desenhado, cuja atividade pode ser desenvolvida em duplas, o que é sempre muito bem aceito pelos estudantes, cuja faixa etária varia dos seis aos quatorze anos. Observamos que os alunos chamam a professora ao mesmo tempo, mas sem gerar tumulto, e ela atende a todos sem se aborrecer. Percebemos que a dinâmica da ação docente numa sala de aula Apinayé é diferente das aulas da sociedade não indígena.

A multisseriação nas escolas indígenas, tal qual na aldeia Apinayé São José, “[...] não chega a ser um problema para os professores indígenas como o é para a maioria de nós. Os professores indígenas parecem saber lidar melhor com isso” (MAHER, 2005, p. 94). E mais:

Eles dão uma atividade para os pequeninhos e aí vão trabalhar um pouco com os alunos mais adiantados; aquele que já acabou a tarefa espera, pacientemente, sua vez de ter a atenção do professor, na maior parte das vezes desenhando. Impressiona ver como tudo é feito com muita calma, muito vagar, sem estresse (MAHER, 2005, pp. 94-95).

Ainda de acordo com Maher (2005), se existe algo que caracteriza o cotidiano das escolas indígenas, é que nele há muito menos estresse do que nas nossas, pois os professores não têm a cultura da cobrança, da imposição. Lá os estudantes têm seu tempo de aprendizagem respeitado, contribuindo para uma formação desprovida de constrangimento, quando se valoriza a subjetividade em suas múltiplas configurações, dentro daquilo que Paulo Freire (1997) sustenta, ou seja, a Educação como uma ato de amor.

Escola Estadual Indígena Tekator da Aldeia Mariazinha

De acordo com Almeida (2012), a Escola Indígena Tekator iniciou suas atividades no ano de 1960. Sua administração estava a cargo do Serviço de Proteção ao Índio (SPI). Inicialmente a escola não tinha prédio próprio, e funcionava numa capela que ficava localizada onde hoje funciona uma casa chamada pela comunidade de “Casa Redonda”. Ainda de acordo com Almeida (2012), a primeira professora a lecionar na Escolar Tekator não era indígena, e foi contratada pela prefeitura para trabalhar na escola. Isso porque estava a cargo da prefeitura assistir à escola em suas necessidades, inclusive elaborando material de apoio pedagógico para os professores e a manutenção do mesmo.

Francisco Edviged ALBUQUERQUE; Severina Alves de ALMEIDA Sissi. LETRAMENTO E ALFABETIZAÇÃO DAS CRIANÇAS INDÍGENAS APINAYÉ: A LEITURA E A ESCRITA EM PERSPECTIVA. Facit Business And Technology Journal. QUALIS B1. ISSN: 2526-4281 <http://revistas.faculdadefacit.edu.br/index.php/JNT>. Out/Nov - 2021. Ed. 31; V. 1. Págs. 78-101.

Fig (2). Escola Estadual Indígena Tekator aldeia Mariazinha



Fonte: Almeida (2012).

A Escola Tekator da aldeia Mariazinha funciona como “sede” de escolas de outras aldeias, quais sejam, escolas: Tankak, da aldeia Bonito; Pemenhoryk, de Riachinho; Pepkro, da Botika; Kokre de Girassol; Pepkro de Mata Grande; e Tekator de Barra do Dia. Estas escolas atendem alunos do Ensino Fundamental e Médio. Na escola Tekator são ofertados Ensino Fundamental do 1º ao 9º ano e Ensino Médio da 1ª a 3ª Séries. Nas escolas das demais aldeias só tem o Ensino Fundamental do 1º ao 6º ano. Nas dependências da escola, encontram-se quatro salas de aula equipadas com ventiladores. Por falta de espaço, existem duas salas improvisadas no pátio da escola. Tem também uma sala onde funciona a secretaria, com computador, sem ar condicionado, mas com um ventilador. Há também uma sala para os professores, uma cantina e dois banheiros.

Na escola não há telefone, nem mesmo um comunitário em forma de orelhão, e também não existe biblioteca. Constatamos que as instalações dessa escola são precárias e as salas bastante desconfortáveis, com cadeiras velhas quebradas e quadros-negros de cimento em péssimo estado. Percebe-se que a estrutura da escola não ajuda muito na concentração dos professores e também dos alunos durante as aulas, e que muito movimento e barulho constante dispersa a todos.

Dentro desse quadro, acreditamos que o letramento e a alfabetização das crianças Apinayé constituem-se em atividades que merecem reflexão, e é o que apresentamos a seguir,

Francisco Edvigesd ALBUQUERQUE; Severina Alves de ALMEIDA Sissi. LETRAMENTO E ALFABETIZAÇÃO DAS CRIANÇAS INDÍGENAS APINAYÉ: A LEITURA E A ESCRITA EM PERSPECTIVA. Facit Business And Technology Journal. QUALIS B1. ISSN: 2526-4281 <http://revistas.faculdefacit.edu.br/index.php/JNT>. Out/Nov - 2021. Ed. 31; V. 1. Págs. 78-101.

LETRAMENTO E ALFABETIZAÇÃO

No quadro das atuais concepções psicológicas, linguísticas e psicolinguísticas de leitura e escrita, a entrada da criança, no mundo da escrita ocorre simultaneamente por esses dois processos: pela aquisição do sistema convencional de escrita – a alfabetização – e pelo desenvolvimento de habilidades de uso desse sistema em atividades de leitura e escrita, nas práticas sociais que envolvem a língua escrita – o letramento.

SOARES (2003).

Letramento e alfabetização são palavras do nosso vocabulário vistas como sinônimas. Todavia, e tendo como fonte de referência os estudos de Street (2007, 2010, 2014), Soares (2003; 2004), Kleiman (2003; 2005; 2006), Rojo (2009) e Almeida (2015), podemos afirmar que letramento é uma prática social, um processo, que se efetiva a partir da relação que se mantém com materiais escritos, e que, necessariamente, não precisam de ser caracteres que devem ser decodificados. Já a alfabetização, segundo Soares (2004), é um estado, o qual se processa, também, por meio do letramento.

86

Letramento: Uma Prática Social

Segundo Kleiman (2005, p. 5), quando ensinamos uma criança, um jovem ou um adulto a ler e a escrever, esse aprendiz está conhecendo as práticas de letramento da sociedade, uma vez que está “em processo” de letramento. Nesse sentido, Kleiman (2005) considera que “Letramento” é um conceito criado para referir-se aos usos da língua escrita não somente na escola, mas em todo lugar, pois a escrita está por todos os lados, fazendo parte da paisagem cotidiana. Por exemplo: No serviço público, informando ou orientando a comunidade; No ponto de ônibus, anunciando produtos, serviços e campanhas; No comércio, anunciando ofertas para atrair clientes, tanto nas pequenas vendas, como nos grandes supermercados.

Ademais,

[...] A presença da escrita muda de lugar para lugar. Se você mora numa grande cidade, um trabalho que pode ser feito com seus alunos para dirigir os olhos e a atenção deles para as funções da escrita é um passeio-

leitura pelo bairro, anotando tudo o que estiver escrito: placas, folhetos, avisos, letreiros. Mas se você mora em zona rural, talvez não haja muita presença da escrita ao redor, para ser anotada num passeio-leitura. Nesse caso, o objetivo pode ser outro: descobrir lugares que se beneficiariam com placas e letreiros escritos, como: “É proibido jogar lixo!”, “Perigo!” e outros (KLEIMAN, 2005, p. 6). (Aspas do texto original).

Com efeito, o letramento é uma prática social que se efetiva por meio do material escrito com os quais as pessoas têm contato. Mas, considerando o foco de nosso propósito neste trabalho, ou seja, discutir o letramento e a alfabetização das crianças indígenas Apinayé, é importante esclarecer o que o letramento não é. Segundo Kleiman (2005, pp. 8-9), o “letramento não é um método”, pois não existe um “método de letramento”, nem um nem vários. Isso por que:

O letramento envolve a imersão da criança, do jovem ou do adulto no mundo da escrita e, nesse sentido, para conseguir essa imersão o professor pode: [...] adotar práticas diárias de leitura de livros, jornais e revistas em sala de aula; [...] arranjar paredes, chão e mobília da sala de tal modo que textos, ilustrações, alfabeto, calendários, livros, jornais e revistas penetrassem todos os sentidos do aluno-leitor em formação; [...] fazer um passeio-leitura com os alunos pela escola ou pelo bairro (KLEIMAN, 2005, p. 9).

Nesse sentido, e considerando que o letramento envolve práticas sociais em que se usa a escrita, na escola ele pode se efetivar mediante atividades diversas e lúdicas, como desenhar, escrever e enviar correspondências, copiar informações pertinentes para uma determinada tarefa, inventar uma receita culinária e escrevê-la, comentar ocorrências, escrever versos e histórias da vida cotidiana, conclui Kleiman (2005).

Não obstante,

O letramento também significa compreender o sentido, numa determinada situação, de um texto ou qualquer outro produto cultural escrito; por isso, uma prática de letramento escolar poderia implicar um conjunto de atividades visando ao desenvolvimento de estratégias ativas de compreensão da escrita, à ampliação do vocabulário e das informações para aumentar o conhecimento do aluno e à fluência na sua leitura (KLEIMAN, 2005, p. 10).

Ainda de acordo com Kleiman (2005), o letramento envolve, também, o uso adequado do código da escrita. Assim sendo, quaisquer recursos utilizados para ensinar a decodificar, analisar e reconhecer a palavra (que corresponderiam aos métodos tradicionais de alfabetização) também podem ser considerados práticas de letramento escolar. Segundo

Francisco Edvigésd ALBUQUERQUE; Severina Alves de ALMEIDA Sissi. LETRAMENTO E ALFABETIZAÇÃO DAS CRIANÇAS INDÍGENAS APINAYÉ: A LEITURA E A ESCRITA EM PERSPECTIVA. Facit Business And Technology Journal. QUALIS B1. ISSN: 2526-4281 <http://revistas.faculdefacit.edu.br/index.php/JNT>. Out/Nov - 2021. Ed. 31; V. 1. Págs. 78-101.

Almeida (2015, p. 180), o letramento escolar é autônomo (STREET, 2014), ocorre na sala de aula e uma de suas práticas é a alfabetização, conforme veremos a seguir.

Alfabetização: Um Processo

Segundo Rojo (2010), ainda na primeira metade do século XX, tendo em vista o mundo moderno e industrializado ocorreu, simultaneamente, uma expansão das práticas letradas, uma vez que somente a prática de assinar o nome não era suficiente. Para Kleiman (2005), há pelo menos um século, para que se considerasse uma pessoa alfabetizada era necessário somente dominar o código alfabético. Todavia, nos dias atuais, isso não é suficiente, pois, além de dominar este código, o aluno precisa conseguir se comunicar, por meio da escrita, em várias situações.

No entendimento de Soares (2003), alfabetização, a priori, é tornar a pessoa capaz de ler e escrever. Para ela, a alfabetização se ocupa da aquisição da escrita. E mais

[...] Alfabetizar é propiciar condições para que o indivíduo-criança ou adulto tenham acesso ao mundo da escrita, tornando-se capaz não só de ler e escrever, enquanto habilidade de decodificação e codificação do sistema de escrita, mas, sobretudo, de fazer uso real e adequado da escrita em todas as funções em que ela tem em nossa sociedade, também como instrumento de luta pela conquista da cidadania (SOARES, 2003, p. 17).

88

Não obstante, Soares (2004, p. 47) apresenta algumas definições de alfabetização e letramento que em muito nos ajudará a entender estas categorias epistemológicas:

- 1) Alfabetização é a ação de ensinar e aprender a ler e a escrever;
- 2) Letramento é o estado ou condição de quem não apenas sabe ler e escrever, mas cultiva e exerce as práticas sociais que usam a escrita;
- 3) O processo de alfabetização focado meramente no sistema da escrita alfabética não assegura a criança a apropriação dos usos e funções da língua escrita;
- 4) Nessa concepção o processo de alfabetização tem apenas relação com a apropriação da escrita;
- 5) O letramento é mais completo porque estabelece com o processo de alfabetização práticas de leitura e escrita pelo sujeito em seu contexto social, cuja fundamentação teórica metodológica pauta-se na concepção sociointeracionista, em que o processo de ensino-aprendizagem se efetiva por meio das práticas sociais de leitura e escrita.

Dito isso, passamos, a seguir, a discutir e analisar o Letramento Indígena e a Alfabetização nas escolas Apinayé, a partir dos resultados das oficinas realizadas nas escolas Mãtyk e Tekator das aldeias Apinayé São José e Mariazinha, entendendo como se efetiva a prática da leitura e a escrita na educação escolar das crianças Apinayé.

Letramento Indígena e Alfabetização nas Escolas Apinayé

A alfabetização é a primeira etapa da educação infantil. Nas escolas das aldeias indígenas não é diferente, porém na sociedade Apinayé os pequeninos somente serão encaminhados à escola após completarem seis anos. Isso porque nos cinco primeiros anos de vida, eles são educados pela mãe, numa sequência de eventos onde aprendem o que é necessário para viver na aldeia e para adquirir a axiologia necessária que os permita ser humanos a partir dos ensinamentos de seus ancestrais. Aprendem a cuidar de si e dos outros, respeitar a natureza, conviver harmoniosamente com os animais, atividades que, à luz das teorias do Letramento como prática social, configuram-se como letramento indígena.

Segundo Almeida (2015, p. 178), o “letramento indígena”, é um também um “letramento multicultural” Rojo (2009, p. 111) isto é, se efetiva onde interagem “diferentes culturas”, em “diferentes esferas”, quando “práticas e textos em gêneros dessa esfera também são diferenciados”. Para Street (2007):

[...] Quando outros letramentos são reconhecidos, como, por exemplo, nas práticas de letramento associadas a crianças pequenas ou a diferentes classes ou grupos étnicos, eles são apresentados como inadequados ou tentativas falhas de alcançar o letramento próprio da cultura dominante: exige-se então a atenção remediadora, e os que praticam esses letramentos alternativos são concebidos como culturalmente desprovidos (STREET, 2007, p. 472).

Conforme Almeida (2015, p. 177), os diferentes tipos e modelos de letramento fazem parte de um contexto mais amplo em que “[...] práticas, eventos e agências de letramento se intercambiam, impondo resistência à hegemonia da língua escrita e, por conseguinte, à cultura dominante, ou ‘culturas valorizadas’”, conforme Rojo (2009, p. 115). Para essas autoras, cabe à escola, agência de letramento por excelência, potencializar o diálogo intercultural, trazendo para seu interior não somente a cultura dominante,

valorizada, canônica, mas principalmente as culturas locais e as culturas escolares, tornando-as vozes ressonantes de um diálogo.

Ainda de acordo com Almeida (2015), o letramento indígena são:

[...] eventos próprios das comunidades evocados empiricamente, fortalecendo laços familiares, reavivando na memória dos mais velhos a tradição de seus ancestrais, apresentando-se como uma prática educativa voltada para as crianças e sua formação. Uma educação com valores caros para os indígenas que têm de enfrentar a televisão e sua linguagem aliciadora, numa relação assimétrica. É o letramento autônomo dominante – a televisão e sua passividade– oprimindo e marginalizando uma variedade de letramentos que atravessou séculos e que permanece atual por meio da oralidade ancestral e, conseqüentemente, ocupa-se em formar pessoas para a vida, atuando na cultura e na identidade isto é, nas subjetividades (ALMEIDA, 2015, p. 180).

Nessa perspectiva, algumas práticas socioculturais da sociedade indígena Apinayé podem ser consideradas como eventos de letramento, por exemplo, a riquíssima prática da pintura, atividade que muito pode auxiliar os professores na alfabetização das crianças. Além dessa, as práticas da oralidade, como é o caso da contação de histórias míticas, quando podem inclusive envolver a comunidade nas atividades da escola, trazendo os mais velhos para narrar mitos Apinayé, os quais estão revestidos de conhecimentos que podem servir de conteúdo para diversas disciplinas do currículo escolar.

Além de serem atividades que colocam escola e comunidade num espaço dialógico, as pinturas, tanto corporal como criativa, apresentam-se repletas de significados. Segundo Davi Wamimen Chavito Apinayé et alii (2010), citados por Almeida (2015, p. 181), historicamente o povo Apinayé pratica suas pinturas, principalmente nas festas tradicionais e, de acordo com o seu nome, por exemplo, Wanhmê e Katâm, assume um significado diferente. No entanto, essas pinturas já não são praticadas todos os dias e, às vezes, nem todos se pintam nos dias das festas tradicionais, e sendo assim, essas pinturas estão paulatinamente sendo esquecidas com o passar do tempo, gerando preocupação para o povo Apinayé, que antigamente vivia de pintura como uma atividade cotidiana, concluem Davi Wamimen Chavito Apinayé et alii (2010).

Letramento e Alfabetização das Crianças Apinayé: A Relação Entre Leitura e Escrita²

O “Projeto A Educação Escolar Apinayé na Perspectiva Bilíngue e Intercultural/ CAPES/SECAD/INEP do Edital nº 001/2009” realizou-se no período de 2010-2013, dando continuidade às ações de extensão implantadas através do “Projeto de Apoio Pedagógico à Educação Indígena Apinayé”, que vem sendo desenvolvido ao longo dos 18 (dezoito) anos. Este projeto foi implantado nas escolas Apinayé e apresenta como objetivo principal a escrita na língua Apinayé, numa ação conjunta entre o professor coordenador do Projeto e membros da comunidade Apinayé.

Um dos objetivos dessas ações foi construir, com os indígenas, um material de apoio pedagógico para auxiliar na alfabetização das crianças. Para tanto, partimos da realidade dessas mesmas crianças e professores e realizamos uma série de oficinas quando foi possível não somente produzi esse material, mas também praticar atividades de letramento que foram fundamentais na alfabetização dos pequenos indígenas.

O Ensino de Língua Materna nas Escolas Apinayé das Aldeias São José e Mariazinha: Aquisição da Escrita e Práticas de Letramento

Segundo Albuquerque, Salvador Apinayé e Sousa Apinayé (2012), mesmo antes de frequentar a escola, as crianças indígenas Apinayé já estão em contato direto com um importante meio alfabetizador, qual seja, o ambiente em que elas convivem no seu dia-a-dia, que ocorre de várias formas, tais como: ouvindo histórias, caçando, pescando, fazendo artesanatos, ou mesmo ao interagir com os demais membros da comunidade.

Além disso, tem as pinturas corporais, o repasse dos conhecimentos tradicionais, pelas avós, mães e avôs, assim como os aspectos históricos e linguísticos que se entrelaçam na dinâmicas desses eventos. Conforme esses autores, para que esse ambiente seja agradável e efetivamente um instrumento de aprendizagem, a criança precisa estar preparada, uma vez que seu senso de observação encontra-se aguçado e a sua curiosidade precisa de ser despertada, o que a leva a perceber o valor da comunicação, seja oral ou escrita. São, por excelência, atividades de letramento que se materializam no momento de aquisição da língua escrita, conforme Soares (2004) e Kleiman (2005).

² Oficinas realizadas no âmbito das ações do “Projeto A Educação Escolar Apinayé na Perspectiva Bilíngue e Intercultural/ Programa do Observatório de Educação Indígena, CAPES/SECAD/INEP do Edital nº 001/2009”.

Não obstante,

[...] As crianças indígenas Apinayé, de certa forma, convivem diretamente com o ambiente escolar de suas aldeias mesmo antes de ir para a escola, seja nos momentos de atividades culturais, nos horários de merenda ou em outras situações em que a comunidade é convidada para participar de eventos, envolvendo os aspectos culturais, como pinturas corporais, danças, cantigas, corridas da Tora, ou relatos de mitos (ALBUQUERQUE, SALVADOR APINAYÉ E SOUSA APINAYÉ, 2012, p. 24).

Ainda de acordo com esses autores, a as considerando que a alfabetização ocorre na de aula, este ambiente deve servir, também, para despertar os sentidos das crianças indígenas, e deve ser um local agradável e propício para aquisição de novos conhecimentos.

[...] Muitas vezes os professores indígenas têm dificuldades em manter as salas de aulas arrumadas e conservar os materiais que são usados, devido à falta de interesse que os alunos indígenas têm em conservá-los, mas que precisam ser cuidados, uma vez que eles poderão ser utilizados em outras aulas (ALBUQUERQUE, SALVADOR APINAYÉ E SOUSA APINAYÉ, 2012, p. 24).

Para enfrentar tal situação, os autores citados asseguram ser importante que os professores indígenas elaborem materiais de apoio para suas aulas juntamente com a seus alunos, para que eles possam contribuir com todo processo e, conseqüentemente, possam valorizar esse material, conservar e repassar para outras turmas para serem utilizados por outros alunos no ano seguinte.

Albuquerque, Salvador Apinayé e Sousa Apinayé (2012), recorrem a Russo (2010), sugerindo que, nesse sentido, o uso do alfabeto em sala de aula apresenta-se como um material imprescindível, notadamente para lidar com crianças dos anos iniciais, visto que se constitui num material de apoio e consulta muito relevante. Ademais,

[...] A grafia das letras e a sequência como está distribuída são meios de percepção, comparação e elaboração de hipóteses. Para a autora, uso do alfabeto afixado nas paredes da escola, deve conter letras impressas, cursivas e bastão, uma vez que esses tipos de letras estão presentes em diversos de textos. Deve-se, portanto, dar maior ênfase à letra de forma maiúscula, para facilitar as elaborações iniciais no processo de construção do código de escrita alfabética (ALBUQUERQUE, SALVADOR APINAYÉ E SOUSA APINAYÉ, 2012, p. 25).

Essa atividade é favorece a alfabetização porque as crianças ao fazerem a relação entre grafemas e fonemas, entre letras do alfabeto de sua língua materna com o alfabeto da língua portuguesa, vão construindo suas próprias hipóteses em relação ao processo de aprendizagem. Porém, Albuquerque, Salvador Apinayé e Sousa Apinayé (2012), entendem que é igualmente importante, que o professor indígena esteja sempre fazendo uso do alfabeto em suas atividades, para dessa forma favorecer esse tipo de comparação, visto que o ensino nas escolas Apinayé se dá de forma bilíngue, ou seja, simultaneamente na Língua Apinayé e Portuguesa.

Produção Textual das Crianças Apinayé: A Importância da Leitura

Com efeito, a leitura e a escrita são artefatos culturais, quando a cultura determina modos de ensino e processos de aprendizagem. A Leitura e a escrita, nesse contexto, são (re)produzidas no âmbito das relações sociais, por formas históricas e culturais que delas se apossam e definem seus modos de transmissão e assimilação. Sendo assim, é primordial discutir concepções acerca do caráter universal de certos processos cognitivos envolvidos na assimilação da leitura e na aquisição da escrita pelos componentes de uma sociedade (ALBUQUERQUE, SALVADOR APINAYÉ E SOUSA APINAYÉ, 2012).

Não obstante,

[...] É preciso considerar também que as formas de ensino da língua escrita, que caracterizam o trabalho escolar nesta modalidade (a cópia, o ditado, os exercícios, as formas de compreensão do texto etc.) são uma construção teórica sobre a língua, produzida pelos gramáticos, pelas relações de poder e interesses políticos. O aprendizado da leitura e da escrita na escola é apenas uma das formas de introdução das crianças ao mundo da cultura escrita (ALBUQUERQUE, SALVADOR APINAYÉ E SOUSA APINAYÉ, 2012, pp. 30-31).

Com efeito, para introduzir criança no complexo universo da “Cultura Letrada” onde a leitura e a escrita se intercambiam, é importante perceber que todos estão rodeados por situações que requer uma leitura, que necessariamente não é verbal. Segundo Albuquerque (2011), a criança, desde cedo, faz a leitura do mundo que a rodeia, sem ao menos conhecer palavras, frases ou expressões, pois é próprio do ser humano desejar conhecer, decifrar a curiosidade, de modo a apreender novos conhecimentos. Assim, o processo de leitura e a escrita iniciam-se antes da escolarização. É o que Almeida (2015, p.

181) nomeia como o “letramento transcultural”, um letramento efetivado nos domínios socioculturais indígenas, considerando as teorias da Transdisciplinaridade.

É, portanto, um letramento sistêmico que perpassa os diferentes letramentos, e o prefixo “trans” indica um tipo de letramento que permite ir além do que estabelece o rigor e a dicotomia dos letramentos autônomos e dominantes que circulam na esfera do conhecimento. Sua finalidade é a compreensão transdisciplinar da leitura de formas de escrita não verbal, para a qual um dos imperativos é a não fragmentação do conhecimento (ALMEIDA, 2015, p. 181).

Quando se inicia a leitura, segundo Albuquerque (2011), todas as instruções e referências são ministradas pelo professor e ao aluno cabe se adaptar cumprindo as exigências e os processos de trabalho que lhe são exigidos. Isto causa desmotivação, pois os estudantes não possuem opções para construir uma leitura criativa que vise a inseri-los no fantástico mundo da leitura e, conseqüentemente, no mundo da escrita. É lendo que nos tornamos leitores e não aprendendo primeiro para poder ler depois: não é legítimo instaurar uma defasagem nem no tempo, nem na natureza da atividade entre “aprender a ler” e “ler”.

Segundo Freire (1982), desde que a leitura é apresentada à criança, ela deve ser decifrada cuidadosamente, pois na maioria das vezes as crianças têm um contato imediato com a palavra, mas não a compreendeu. Dessa forma, se faz necessário apresentar o que foi descrito por tal palavra, dando sentido a ela, pois dessa maneira, a busca e o gosto pelo mundo das palavras, isto é, da leitura e da escrita, se intensifica e, conseqüentemente, a leitura ganha vida e a criança adquire o hábito de ler a partir de sua prática.

Sendo assim, a criança indígena precisa de ser incentivada, soltar sua imaginação, escrever e revelar seu mundo interior, transcrever suas experiências cotidianas, relatar fatos de seu mundo cosmológico e de seu povo, sem ter que se preocupar com correções e notas. A criança Apinayé deve escrever o que lhe dá mais prazer, e com isso, está se comunicando, exteriorizando seus sentimentos e emoções (ALBUQUERQUE, SALVADOR APINAYÉ E SOUSA APINAYÉ, 2012).

Produção Gráfica na Alfabetização das Crianças Apinayé

As crianças Apinayé, ao iniciarem suas atividades gráficas, realizam formas que envolvem curvas em direção contrária, mas combinando os mesmo movimentos, isto é, fazem traços que são diferentes quanto ao sentido. Segundo Saber (1997) em citação de

Albuquerque, Salvador Apinayé e Sousa Apinayé (2012), ao mesmo tempo em que traços gráficos se diferem na direção das primeiras figuras, a criança passa a atribuir significado àquilo que produz e pode, desse modo, antecipar o que realizará em seguida. Em outras palavras, as realizações observadas no plano das condutas refletem progressos internos indicativos de uma capacidade crescente de representar coisas ausentes, ou seja, são hipóteses criadas que serão confirmadas.

Albuquerque, Salvador Apinayé e Sousa Apinayé (2012), recorrem a Braggio (1990), argumentando que a fase da escrita pictográfica é decisiva para o desenvolvimento da escrita pelas crianças, uma vez que este é o momento no qual ela começa a atribuir significado à escrita, ao mesmo tempo em que atribui ao signo escrito um significado diferenciado, mesmo que estes signos se apresentem ainda meio que disforme como rabiscos.

Nesse sentido, e para entender melhor como o progresso das atividades gráficas acontece com as crianças Apinayé, apresentamos, a seguir, um texto produzido por uma criança do primeiro ano do Ensino Fundamental da escola Mâtyk da aldeia São José.

Texto1: aluno do primeiro ano do Ensino Fundamental (rabisco)



Autor: Gôhkru Apinayé

A criança que produziu o texto tem pouco tempo de estudo, mas já começou a atribuir significados a seus traços e rabiscos. Dessa forma, quando a criança indígena começou a interpretar os rabiscos de forma mais sistemática, podemos perceber um aumento em sua capacidade de realizar traços diferentes. Todavia, isso não significa necessariamente uma conquista isolada, visto que o pensamento da criança indígena está evoluindo na medida em que as primeiras gravuras estão aparecendo³. Isso corrobora o processo de aquisição da escrita mediante uma prática de letramento, quando a criança está praticando uma atividade onde suas configurações subjetivas são acionadas a partir do objeto pensado e materializado no papel, quando a leitura acontece simultaneamente à escrita.

Com efeito, e segundo Albuquerque, Salvador Apinayé e Sousa Apinayé (2012), os professores indígenas, na medida em que percebem os avanços nas atividades gráficas das crianças, sugerem a escrita novas atividades que envolvem os aspectos culturais, visando à maior familiaridade com a ortografia da língua materna e/ou da língua portuguesa, pois o ensino nas escolas Apinayé se dá de forma bilíngue e intercultural. Esse fator pode ser percebido no texto 2 a seguir. Contudo, os alunos demonstram que ainda têm dificuldades para compreender a relação entre os símbolos da escrita, as letras e os sons que elas representam na fala.

96

Texto2: Aluno do Primeiro Ano do Ensino Fundamenta (rabiscos com nomes)

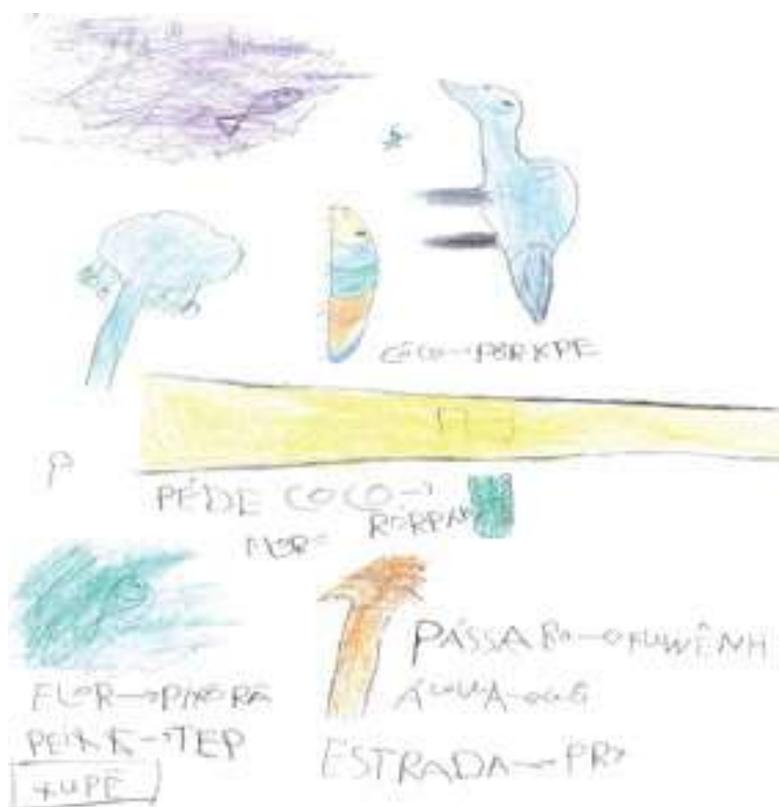


Autor: Gôhkru Apinayé

³. Material colhido durante ações do “Projeto A Educação Escolar Apinayé na Perspectiva Bilíngue e Intercultural/ Programa do Observatório de Educação Indígena, CAPES/SECAD/INEP do Edital nº 001/2009”.

Segundo Albuquerque, Salvador Apinayé e Sousa Apinayé (2012), o significado que a criança em sua primeira fase de estudo atribui a um desenho ou rabisco, só se mantém quando a materialidade da gravura sugerir, para criança, que ela fez algo que venha ao encontro daquilo que ela quis representar através da gravura e manifestar sua intenção, ou seja, é eminentemente uma atividade pedagógica. Nesse sentido, os rabiscos evoluem para as figuras ou gravuras, de modo a proporcionar uma mesma representação. Para Saber (1997), o desenho é uma atividade representativa que evolui progressivamente conforme os objetivos presentes no universo da criança.

Texto 3: Aluno do Segundo Ano do Ensino Fundamental



Autor: Xupê Apinayé

Aqui a criança de forma legível escreve nomes em forma de grafismo e desenhos, facilmente identificável com a letra, levando em consideração traçados precisos, que compõem a regularidade das letras, tanto em língua materna como em língua portuguesa. Segundo Albuquerque, Salvador Apinayé e Sousa Apinayé (2012), a regularidade nessa etapa do desenvolvimento da escrita anuncia uma característica do processo de

Francisco Edvigesd ALBUQUERQUE; Severina Alves de ALMEIDA Sissi. LETRAMENTO E ALFABETIZAÇÃO DAS CRIANÇAS INDÍGENAS APINAYÉ: A LEITURA E A ESCRITA EM PERSPECTIVA. Facit Business And Technology Journal. QUALIS B1. ISSN: 2526-4281 <http://revistas.faculdefacit.edu.br/index.php/JNT>. Out/Nov - 2021. Ed. 31; V. 1. Págs. 78-101.

aprendizagem, a partir do momento em que os nomes evoluem no plano de pensamento da criança. Na escrita, deve se levar em conta, também, as noções de espaço, que estão sempre presentes na composição das letras, das sílabas e dos textos, por exemplo, nos traços e rabiscos para cima, para baixo, para a esquerda e para direita. Logo, na escrita, qualquer palavra é sempre formada por partes em sequência da esquerda para direita e de cima para baixo, favorecendo a evolução cognitiva na alfabetização.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo refletimos sobre letramento e alfabetização das crianças indígenas Apinayé das aldeias São José e Mariazinha. O intuito foi apresentar o processo de ensino e a aprendizagem na educação nos anos iniciais do ensino fundamental, a partir de uma pesquisa etnográfica no âmbito das ações do Projeto “A Educação Escolar Apinayé na Perspectiva Bilíngue e Intercultural, Programa do Observatório de Educação Indígena, CAPES/SECAD/INEP do Edital nº 001/2009”, desenvolvido no período de 2010 a 2013.

Além da parte empírica, quando foram realizadas atividades de letramento na alfabetização das crianças nas escolas Mãtyk e Tekator, realizamos também uma pesquisa bibliográfica mediante revisão de literatura para nos apoderarmos de conceitos de termos como letramento, letramento indígena e alfabetização.

Ao final ficou claro que letramento e alfabetização são categorias diferentes. Que o letramento é um processo e que a alfabetização pode ocorrer mediante atividades de leitura e escrita, ou seja de letramento, sendo este uma prática social que se materializa por meio da relação que as crianças estabelecem com o material escrito.

Todavia, identificamos que o letramento não tem um método e ou mesmo um procedimento metodológico para sua realização, diferentemente da alfabetização. E que sua ocorrência pode se dar também independentemente da forma escrita, mediante atividades orais, onde não se utiliza decodificação, como é o caso de placas, desenhos, sons e expressões sensoriais.

Em se tratando de letramento na alfabetização, sua relação é iminente, pois a alfabetização pode ocorrer mediante práticas do letramento, conforme evidenciamos ao longo desse texto. E que nas aldeias indígenas essa ocorrência é facilmente percebida, e pode ser levada para a sala de aula de alfabetização, pois eventos orais próprios dessas sociedades como, por exemplo, os mitos e alguns rituais, favorecem um ensino e

promovem uma aprendizagem contextualizada, melhorando os níveis cognitivos das crianças.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, F. E. Educação Escolar Apinayé Bilíngue e Intercultural. In: Dernival Venâncio Ramos; Karylleila dos Santos Andrade; Maria José de Pinho. (Org.). **Ensino de Língua e Literatura: Reflexões e perspectivas interdisciplinares**. 1ª ed. Campinas /SP: Mercado das letras, 2011, v. 1. 2.

ALBUQUERQUE, F. E. SALVADOR APINAYÉ, A. R. SOUSA APINAYÉ, M. C. D. O Ensino de Língua Materna nas Escolas Apinayé de Mariazinha e São José. In: **Educação escolar indígena e diversidade cultural**. Francisco Edviges Albuquerque, Severina Alves de Almeida, organizadores. – Goiânia: Ed. América, 2012. 369 p.

ALMEIDA, S. A. **A Educação Escolar Apinayé na Perspectiva Bilíngue e Intercultural: Um Estudo Sociolinguístico das Aldeias São José e Mariazinha**. Dissertação de Mestrado. UFT - Universidade Federal do Tocantins. Araguaína: 2011. Disponível: www.uft.edu.br/letras.

ALMEIDA, S. A. **A Educação Escolar Apinayé de São José e Mariazinha: um estudo sociolinguístico**. Goiânia: Ed. PUC Goiás, 2012.

ALMEIDA, S. A. **Etnossociolinguística e Letramentos: Contribuições para um Currículo Bilíngue e Intercultural Indígena Apinayé** Tese de Doutorado. Orientadora: Rosineide Magalhães de Sousa. –Universidade de Brasília UnB - Brasília, 2015. 358 p.

ALMEIDA S. A. ALBUQUERQUE, F. E. Educação Bilíngue, Bilinguismo e Interculturalidade no Contexto Escolar Apinayé: o professor de língua materna em perspectiva. In: ALBUQUERQUE, Francisco Edviges (Org.). **A Educação Escolar indígena Apinayé na Perspectiva Bilíngue e Intercultural**. Goiânia: Ed. da PUC Goiás, 2011.

BRAGGIO, S. L. B. Aquisição da linguagem Escrita no Ambiente Social e sua Relação com o Processo de Alfabetização. **Letras em Revista**. V. 1 nº3/4.189-302. jul/dez. Instituto de Ciências Humanas e Letras. UFG, Goiânia-Go, 1990.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988. Versão on-line. Disponível: www.planalto.gov.br/civil.../Acesso: 03- abr-2011.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96**. São Paulo: SINPRO, 1996.

BRASIL. **Lei Nº 11.645, de 10 Março de 2008**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a

Francisco Edvigesd ALBUQUERQUE; Severina Alves de ALMEIDA Sissi. LETRAMENTO E ALFABETIZAÇÃO DAS CRIANÇAS INDÍGENAS APINAYÉ: A LEITURA E A ESCRITA EM PERSPECTIVA. Facit Business And Technology Journal. QUALIS B1. ISSN: 2526-4281 <http://revistas.faculdefacit.edu.br/index.php/JNT>. Out/Nov - 2021. Ed. 31; V. 1. Págs. 78-101.

obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena. <http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/> Acesso: 02-jan-2011.

BRASIL. **Decreto nº 6.861 de 27 de maio de 2009.** Dispõe sobre a Educação Escolar Indígena, define sua organização em territórios etnoeducacionais, e dá outras providências. Disponível on-line: www.planalto.gov.br/ccivil.../ Acesso: 02-jul-2011.

FREIRE, P. **A importância do ato de ler:** em três artigos que se completam. São Paulo: Cortez, 1982. 96 p.

FREIRE, P. **A Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa.** 35ªed. São Paulo: Ed. Vozes (1997).

KLEIMAN, A. B. Modelos de Letramento e as Práticas de Alfabetização na Escola. In: KLEIMAN, Ângela B. (Org). **Os Significados do Letramento.** Campinas-SP: Mercado das Letras, 2003.

KLEIMAN, A. B. **Preciso “ensinar” o letramento?** Não basta ensinar a ler e a escrever? Cefiel/IEL/Unicamp, 2005- 2010 - Ministério da Educação. 2005.

KLEIMAN, A. B. Leitura e prática social no desenvolvimento de competências no ensino médio. In: BUNZEN, C.; MENDONÇA, M. (Orgs.). **Português no ensino médio e formação do professor.** São Paulo: Parábola Editorial, 2006. p. 23-36.

MAHER, T. M. **A criança indígena:** do falar materno ao falar emprestado. IN: FARIA, A.L.G. e MELLO, S. (Org.). O mundo da escrita no universo da pequena infância. Campinas: Autores Associados, 2005. pp. 75-108.

ROJO, R. **Letramentos múltiplos, escola e inclusão social.** São Paulo: Parábola Editorial, 2009. 128 p.

SABER, M. G. **A Escrita Infantil:** o caminho da construção. São Paulo: Scipione, 1997.

SOARES, M. B. Letramento e alfabetização: as muitas facetas. **Revista Brasileira de Educação**, n.25, jan.-abr./2004. Disponível: www.scielo.br. Acesso: 05-set-2015. 11:24h.

SOARES, M. B. **Letramento:** um tema em três gêneros. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. 128 p.

STREET, B. Perspectivas Interculturais Sobre o Letramento. King’s College London – UK. Tradução de Marcos Bagno. **Revista de Filologia e Linguística Portuguesa.** Disponível: www.revistas.usp.br/flp/article. 2007. Acesso: 05-set-2015. 11:37.h.

STREET, B. Práticas de Letramento e implicações para a pesquisa e as políticas de Alfabetização e Letramento. In: **Cultura escrita e Letramento.** MARINHO, Marildes; CARVALHO, Gilcinei Teodoro. (Org). p. 33-53. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010.

Francisco Edvigesd ALBUQUERQUE; Severina Alves de ALMEIDA Sissi. LETRAMENTO E ALFABETIZAÇÃO DAS CRIANÇAS INDÍGENAS APINAYÉ: A LEITURA E A ESCRITA EM PERSPECTIVA. Facit Business And Technology Journal. QUALIS B1. ISSN: 2526-4281 <http://revistas.faculdefacit.edu.br/index.php/JNT>. Out/Nov - 2021. Ed. 31; V. 1. Págs. 78-101.

STREET, B. **Letramentos sociais**: abordagens críticas do letramento no desenvolvimento, na etnografia e na educação / Brian V. Street; tradução Marcos Bagno. - 1. ed. - São Paulo: Parábola Editorial, 2014. 240 p.